

200 - AUTONOMIAS EMERGENTES? UMA PESQUISA COM A ESCOLA

Luiza Cortesão, Eunice Macedo, Eva Temudo, Mónica Oliveira

(IPFP, FPCEUP)

Joaquim Almeida

(Escola Adolfo Portela)

As questões de autonomia relativa, vista como espaço(s) de intervenção dos actores no terreno da acção, assumem um significado ainda mais premente, num contexto de globalização e de regulação supranacional da educação, em que estes espaços parecem cada vez mais sujeitos a constrangimento. Apresenta-se, pois, uma reflexão e alguns dados de investigação, sobre um projecto em desenvolvimento: SEARA - Sucesso Educativo e Autonomia Relativa Alargada. Numa linha próxima da investigação-acção, este projecto procura captar modos de construção da autonomia, numa escola do ensino secundário, procurando, também, estimular os actores a (re)encontrar modos *outros* de acção, com base na reflexão conjunta sobre problemas por eles identificados.

Cabe aprofundar a compreensão sobre o modo como a escola concilia, se é que o faz, preocupações relativas à consolidação da “escola para todos”, com o desenvolvimento de competências identificadas como necessárias para uma *sociedade do conhecimento*, e com o reconhecimento de direitos de cidadania jovem, no presente contexto político e social, em que a articulação entre o social e o educativo tem que ser complexificada. Nesse âmbito, procuramos compreender o modo como os actores que intervêm na escola-parceira exercem a sua autonomia relativa em tomadas de decisão relativas a (i) condições de aprendizagem que permitam aproximar os resultados escolares das condições de “excelência académica”, (ii) possibilidade de agência endógena sobre a autonomia relativa dos professores e da escola, na gestão do currículo *explícito e oculto*, (iii) critérios e processos de avaliação e auto-avaliação que permitem inferir concepções de sucesso educativo, subjacentes a práticas educativas, (iv) organização dos contextos sociais (in)formais que estruturam as relações sociais no interior da escola, (v) activação de mecanismos sociais e educativos face a situações de risco de absentismo, abandono, violência e mesmo de exclusão escolar.

Nesta comunicação, partimos de uma explicitação dos fundamentos e pressupostos teórico-metodológicos do estudo de caso em que consiste o projecto, para focalizarmos a reflexão em dados captados por meio de subprojectos que o corporizam. Estes constituem trabalhos de investigação propostos e desenvolvidos por subequipas (de professores, investigadores e alunos). Refira-se, a título de exemplo, o trabalho sobre concepções de sucesso educativo, de excelência e de percurso educativo de jovens, captadas através de um subprojecto sobre os *rankings* das escolas; outro sobre os modos de gestão da indisciplina e questões disciplinares, captados através da análise de conteúdo de participações disciplinares; e outro ainda sobre os CEFs enquanto oferta de um percurso alternativo dentro do ensino básico obrigatório.

211 - A ESCOLA E O GOVERNO DE NÓS MESMOS

Manuel Dinis P. Cabeça

Professor do ensino básico e secundário, Évora, manuelcabeca@gmail.com

Pretende-se dar conta de um projecto de investigação, que decorre sob a alçada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, que conta com o apoio da Fundação Eugénio d’ Almeida, Évora, em que, tomando-se como ponto de partida a alteração dos comportamentos na escola, expressos nas situações de indisciplina, se pretende problematizar as formas como, em tempos marcados pela diversificação e heterogeneidade de públicos, interesses e objectivos (individuais e colectivos) e perante as “esperanças e receios” que essas situações colocam não apenas à escola como à sociedade, se destaca uma gestão política assente nos instrumentos de acção pública que procuraram regular comportamentos e condutas sociais e assim assegurar o governo de nós mesmos para além da sala de aula ou da escola, num assumido reforço ou complementaridade do “governo de si” e das “tecnologias de subjectivação”.

O período de tempo considerado neste estudo vai da publicação do Decreto-Lei 769-A/77 à alteração do Estatuto do aluno do Ensino Não Superior, definido pela Lei nº. 3/2008.

O quadro de análise que se propõe assenta nas políticas públicas, onde se destaca o conceito de referencial, levando em consideração uma estreita relação entre uma dimensão cognitiva, decorrente do conhecimento produzido e dominante num dado contexto (de espaço e tempo), e uma dimensão social, em face da gestão de interesses e objectivos dos actores de uma escola em concreto.

A articulação entre o arco temporal definido e o quadro de análise pelo qual se opta, permite cruzar escalas de micro análise, porque se parte de situações vividas em sala de aula, com uma dimensão de meso análise, porque assenta